

A importância da discussão de gênero do ambiente escolar

Lorena Ingrid Moreira Pio¹

Resumo: Tendo em vista as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade, neste artigo iremos tratar das desigualdades de gênero, a partir de referenciais teóricos de Nancy Fraser e Will Kymlicka, e demonstrar que essas desigualdades acabam acarretando em práticas discriminatórias, que afetam principalmente mulheres e homossexuais, não obstante, iremos também demonstrar de qual forma estas práticas discriminatórias estão presentes no ambiente escolar, apresentando dados da UNESCO e casos relatados pela mídia. E com base nesta constatação apresentar a importância da discussão de gênero nas escolas, como uma forma de tornar esses espaços mais inclusivos, sem anular as diferenças entre os indivíduos, e sim compreendê-las em sua diferença, em vista disso, nossos/as alunos/as poderão adquirir respeito e reconhecimento da diversidade de gênero.

Palavras-chave: Gênero, Desigualdade, Práticas discriminatórias, Ambiente Escolar.

¹ Universidade Estadual de Londrina – Especialização em Ensino Sociologia; Licenciada em Ciências Sociais; lorenamoreira1403@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabendo que as desigualdades sociais são várias em nossa sociedade, portanto, são necessários estudos que deem importância aos grupos de maior exclusão – mulheres, homossexuais e negros/as, que sofrem com sobreposições de injustiças em nossa sociedade. Neste artigo, trataremos especificamente das desigualdades de gênero e seus vários estigmas construídos pela sociedade, e nesse caso, principalmente, analisarei de qual forma estas questões estão presentes no ambiente escolar.

No Paraná de acordo com a pesquisa feita pela Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), em 2012, foram registradas 182 denúncias referentes a 370 violações relacionadas à população LGBT e 61,16% das vítimas estão entre a faixa etária de 15 a 29 anos. Comparado com a relação de 2011 houve um aumento de 167%. Já no caso de desigualdade de gênero que afetam as mulheres, através de várias formas de subordinação, na qual uma delas é o estupro, no Brasil a cada 11 minutos uma mulher é estuprada e 70% das vítimas são crianças e adolescentes, no entanto esse número pode ser até 10 vezes maior, já que esses dados foram coletados apenas de denúncias feitas pelas vítimas (NUNES, 2016).

Dessa forma, dentro do ambiente escolar existem oprimidos e opressores, já que na mesma é um lugar de diversas realidades, nas quais em muitos casos esses jovens sofrem diversos tipos abusos (físicos ou/e psicológicos) ou são incentivados ao preconceito pelos próprios familiares e amigos, dessa maneira, a escola deveria ser um lugar onde esses estigmas construídos pela sociedade deveriam ser desconstruídos, é um lugar onde nossos jovens poderiam obter o entendimento, de que a violência seja ela sexual ou psicológica que sofrem em casa, na escola ou em qualquer outro lugar, não é culpa deles, mas que eles são as maiores vítimas destas ocorrências.

Sendo assim, o objetivo desse artigo é demonstrar que esses casos de discriminação, preconceitos e abusos sexuais e psicológicos estão presentes dentro de muitas instituições sociais, mas principalmente nas escolas, como podemos ver a partir desses dados apresentados é possível identificar que a maioria das vítimas são crianças e adolescentes, portanto, grande parte dessas vítimas frequentam escolas diariamente, e conseqüentemente é dentro do ambiente escolar que essas práticas discriminatórias também ocorrem.

Dessa maneira a construção do objeto é feita a partir de dois tópicos, o primeiro tópico (A construção social de gênero e seus grupos vulneráveis) será feita uma abordagem teórica dos/as seguintes autores/as, Nancy Fraser que é sem sombra de dúvida uma importante referência para o feminismo, seus textos são centrais para entender o debate sobre as

concepções de justiça social, contamos também, com a abordagem teórica de Will Kymlicka que redigiu um sintético, mas extremamente relevante, manual sobre os grandes temas da filosofia política contemporânea, e um dos temas por ele abordados é o feminismo. Neste tópico, tratamos da construção social de gênero, que conseqüentemente acarretam em várias formas de estigmas, subordinações e discriminações que afetam principalmente as mulheres e os homossexuais e explicamos de forma sintetizada os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero.

No segundo tópico (Gênero e escola), evidenciamos a partir de uma um panorama diversificado, uma coleta de dados diversos que expõe os casos de violência no ambiente escolar, enfatizando também o despreparo dos/as professores/as com a abordagem, com relação a isso apresento as discussões que acontecem em torno do PNE² e as DCN'S³ para tornar a educação mais igualitária e democrática, no entanto a temática em torno da questão de gênero, é alvo de muita polêmica, desse modo acaba resultando trazendo vários percalços para que esses assuntos sejam abordados em sala de aula.

Após a apresentação destes dois tópicos, propomos nas considerações finais, juntamente com a abordagem teórica de Juarez Tarcísio Dayrell, que desenvolve pesquisas em torno da temática juventude, educação e cultura, que nos aproximemos mais da nossa juventude, e tentemos perceber o que é ser jovem, quais são as maneiras de ser jovem, e também que tenhamos um olhar mais sensível em relação a realidade de cada um dos nossos jovens , uma vez que a escola é um dos principais espaços de formação de cidadania e socialização, por essa razão, é importante que investiguemos as desigualdades de gênero, podendo assim explorar os problemas que são causados e ao entende-los e estarmos cientes, poderemos falar em meios para introduzir as discussões de gênero nas escolas.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO E SEUS GRUPOS VULNERÁVEIS

A definição de gênero apresentada nos PCN's⁴, que foram formulados pelo Ministério da Educação (MEC), que descreve gênero como:

conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 321).

² Plano Nacional de Educação

³ Diretrizes Curriculares Nacionais

⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais

Com base nesta definição podemos iniciar a nossa problematização, em busca da importância de se discutir gênero nas escolas. À vista disso, sabemos que somos fabricados socialmente assim que se sabe o sexo do/a bebê - para meninas coisas rosas e para meninos coisas azuis. E parte da nossa construção social vem da convivência com outras pessoas em nossa própria casa, na escola e dentre outras instituições sociais. No entanto, grande parte dessas construções sociais são carregadas de injustiças de gênero como preconceitos, estigmas, humilhações, desvalorizações e várias outras formas de subordinações que afetam principalmente mulheres e homossexuais, e que privilegiam os homens. A principal injustiça de gênero que as mulheres sofrem, portanto, é o androcentrismo, a qual é

construção autoritária de normas que privilegiam características associadas com a masculinidade, e ao lado disto está o sexismo cultural: a desvalorização e depreciação aguda de coisas vistas como "femininas" (não apenas mulher). Essa depreciação é expressada em um rol de punições sofridas pelas mulheres, incluindo agressão sexual [...], violência doméstica, trivialização, coisificação [...], depreciação em todas as esferas da vida quotidianas [...]; exclusão ou marginalização em esferas públicas e corpos deliberativos, negação de plenos direitos legais e proteções iguais. (Fraser, Nancy, 2001, p.260).

Kymlicka (2006) relembra que a lei contra a discriminação sexual foi baseada na lei contra a discriminação racial e que ambas preveem uma sociedade "cega" para cor e sexo. Porém, ainda que seja concebível, com muito esforço, imaginar uma sociedade "cega para a cor" é muito difícil afirmar isso em relação ao sexo.

No entanto, esse tipo de raciocínio resultou em processos positivos para as mulheres, garantindo o acesso ou a competição neutra em diversos espaços da sociedade, como, por exemplo, na educação, nas diversas carreiras, nas modalidades esportivas, etc. Porém, o que essa abordagem não fez foi trabalhar com a hipótese de que acesso e competição poderiam não ser suficientes para uma sociedade livre de desigualdades sexuais. Isso porque, na maior parte das vezes, as instituições sociais são construídas baseadas nos interesses dos homens e mesmo em uma competição neutra os cargos são feitos por e para homens, ou seja, quanto mais uma sociedade demarca as posições de neutralidade de gênero, mais difícil é enxergar as desigualdades sexuais.

Os homossexuais também são alvo das desigualdades de gênero, assim como Fraser, podemos chamar essa desigualdade de "sexualidade menosprezada". Os homossexuais, sofrem,

construção autoritativa de normas que privilegiam heterossexuais. Ao lado disso está a homofobia, desvalorização cultural da homossexualidade. Ao terem sua sexualidade desacreditada, os homossexuais estão sujeitos à vergonha, molestação discriminação, enquanto lhe são negados direitos legais e proteção igual (...); gays e lésbicas podem ser despedidos de trabalho assalariados e têm benefícios de previdência social baseados na família negados. (Fraser, 2001, p. 257-258).

Muitos ainda pensam que a homossexualidade é uma escolha, no entanto, se fosse uma escolha, muitas pessoas escolheriam ser hétero, para não terem que sofrer com todas essas opressões e estigmas construídos pela nossa sociedade. É necessário que saibamos diferenciar identidade de gênero e orientação sexual; Identidade de gênero é o modo de ser feminino ou masculino independente do seu sexo biológico, é maneira do como a pessoa se vê, seja ela feminina, masculina, ambas ou até mesmo nenhuma, porém, aquilo que foge do parâmetro da normalidade - quem tem vagina é considerado mulher (feminino) e quem tem pênis é considerado homem (masculino), tende a ser visto como anormal. Consequentemente, dessa forma, lésbica gays, travestis, transexuais, transgêneros são vistos como "anormais".

E a orientação sexual seria o desejo, o sentimento e a atração. Atualmente são reconhecidos 3 (três) tipos de orientações sexuais: a heterossexualidade, homossexualidade e a bissexualidade, ao contrário do que muitas pessoas ainda pensam, pessoas transgêneros (travestis ou transexuais) não são necessariamente homossexuais, assim como homens homossexuais não são forçosamente femininos ou afeminados e tampouco mulheres lésbicas são necessariamente masculinas ou masculinizadas (JESUS *et al.*, 2006), no entanto, a heterossexualidade e a heteronormatividade ainda é a esperada como a forma correta na ordem social.

Dada a multiplicidade e variação da sexualidade humana, não se pode afirmar que haja alguma escolha mais *natural* ou *normal* do que outra, pior, melhor, superior ou inferior (SOUSA FILHO, 2003). Como nos lembra Jurandir Freire Costa: “Não existe, na perspectiva psicanalítica, nenhuma sexualidade humana estável, dada, natural ou adequada a todos os sujeitos. (COSTA, 1992: 145). (HENRIQUES, Ricardo, et al, 2007, p.18)

Dessa forma, assim como o gênero é construído socialmente, as práticas discriminatórias e os preconceitos também são, os machistas, os homofóbicos, os racistas são opressores criados pela nossa própria sociedade. Estas desigualdades de gênero apresentadas acontecem diariamente em nossa sociedade, e acontecem principalmente dentro do ambiente escolar, muitos/as alunos/as já vão para escola com esses estigmas e preconceitos construídos pela sociedade e acabam, consequentemente, reforçando-os no ambiente escolar, bem como é confirmado no próximo tópico: Gênero e Escola.

GÊNERO E ESCOLA

No site da secretaria da educação do Paraná, é encontrado um espaço que disponibiliza diversos materiais (cadernos temáticos, recursos didáticos, etc.) para contribuir com a prática pedagógica, com temáticas que reconhecem as diversidades e propõem uma igualdade de

gênero e respeito a diversidade sexual. Entre esses materiais disponibilizados, temos um caderno temático produzido pela SECAD⁵, nomeado de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos, nos mostram que,

No Brasil, as pesquisas que enfocam com profundidade o impacto da discriminação de gênero e por orientação sexual na educação, embora não sejam numerosas, têm alcançado um alto grau de qualidade e respeitabilidade internacional e fornecem diagnósticos que apontam a escola brasileira como um importante espaço de reprodução de modelos particularmente autoritários, preconceituosos e discriminatórios em relação a mulheres e homossexuais, entre outros grupos. A escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como padrão um único componente: o adulto, masculino, branco, heterossexual (HENRIQUES, 2007, p. 26).

Não obstante, uma pesquisa realizada pela UNESCO⁶⁷, revelou que para 59,7% dos professores/as é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles/as não gostariam de ter vizinhos homossexuais, outra pesquisa, também realizada pela UNESCO em 13 capitais brasileiras, forneceu certa compreensão do alcance da homofobia no espaço escolar (nos níveis fundamental e médio) (HENRIQUES, 2007), como podem ser observados nas figuras 1, 2, 3, 4 e 5.

⁵Os cadernos SECAD (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade), são produzidos para de documentar as políticas públicas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (HENRIQUES 2007)

⁶ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

⁷ A pesquisa foi realizada entre maio e abril de 2002, para descrever o perfil dos/as professores/as em todas as unidades da federação brasileira, incluindo 5 mil professores da rede pública e privada

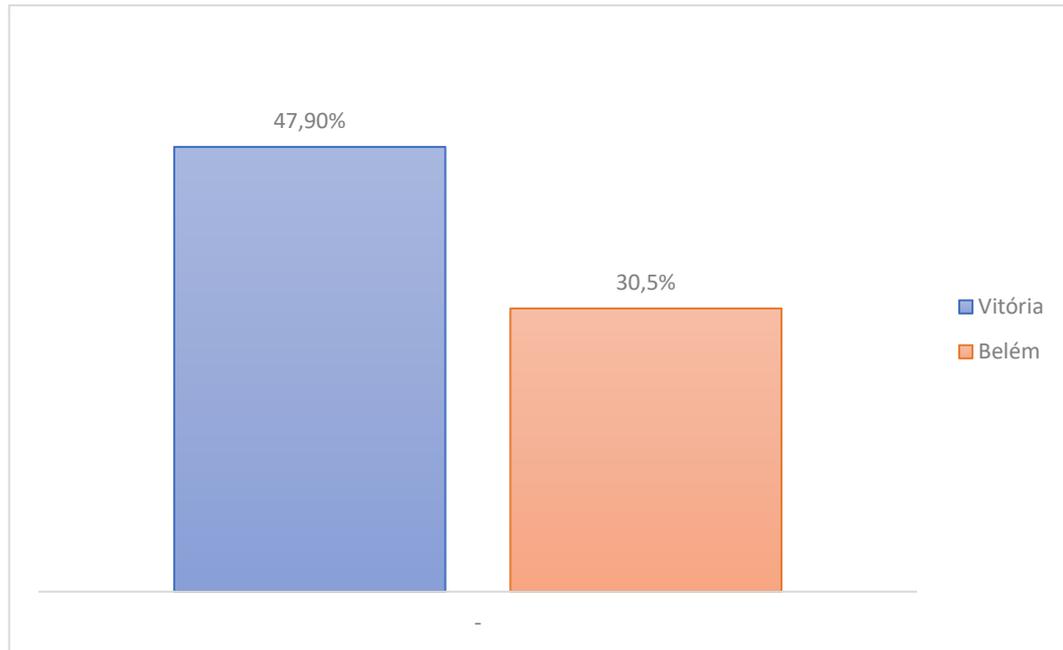


Figura 1 - Percentual de professores/as que declara não saber como aborda relativos à homossexualidade em sala de aula

Fonte: HENRIQUES (2007, p. 27)

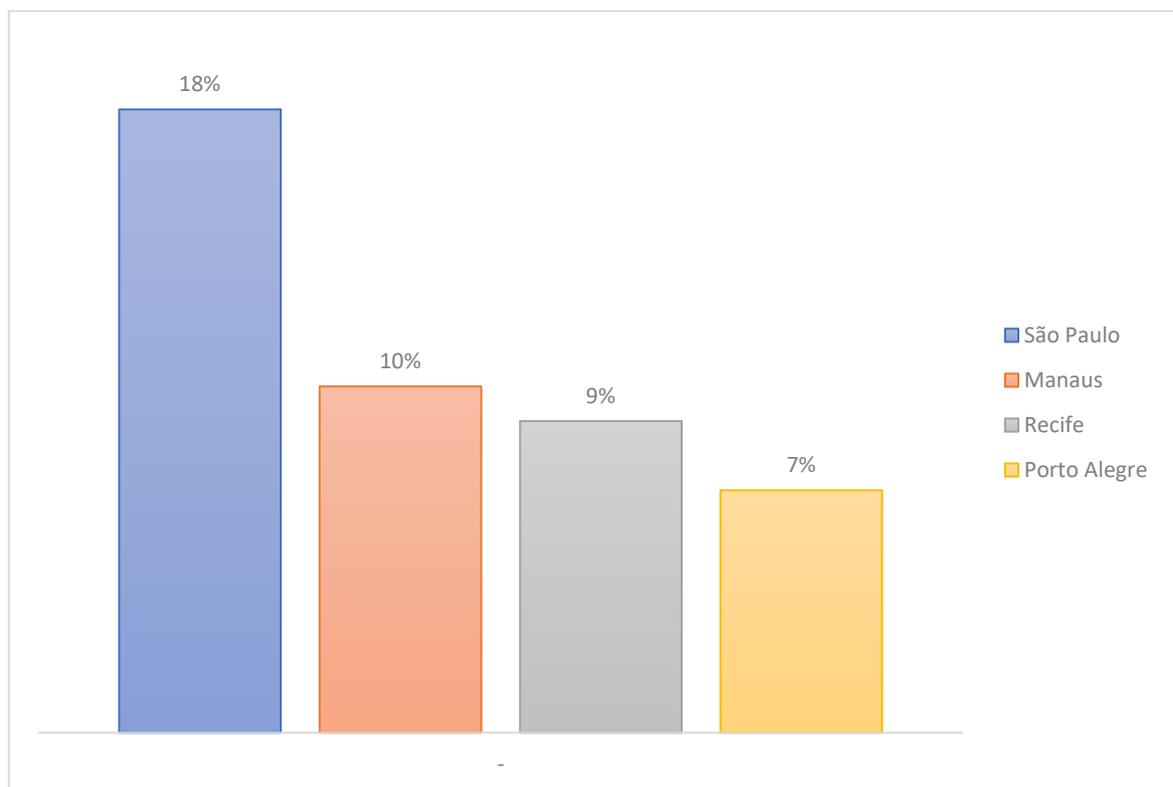


Figura 2 – O percentual dos/as professores/as que percebem a homossexualidade como doença

Fonte: HENRIQUES (2007, p. 27)

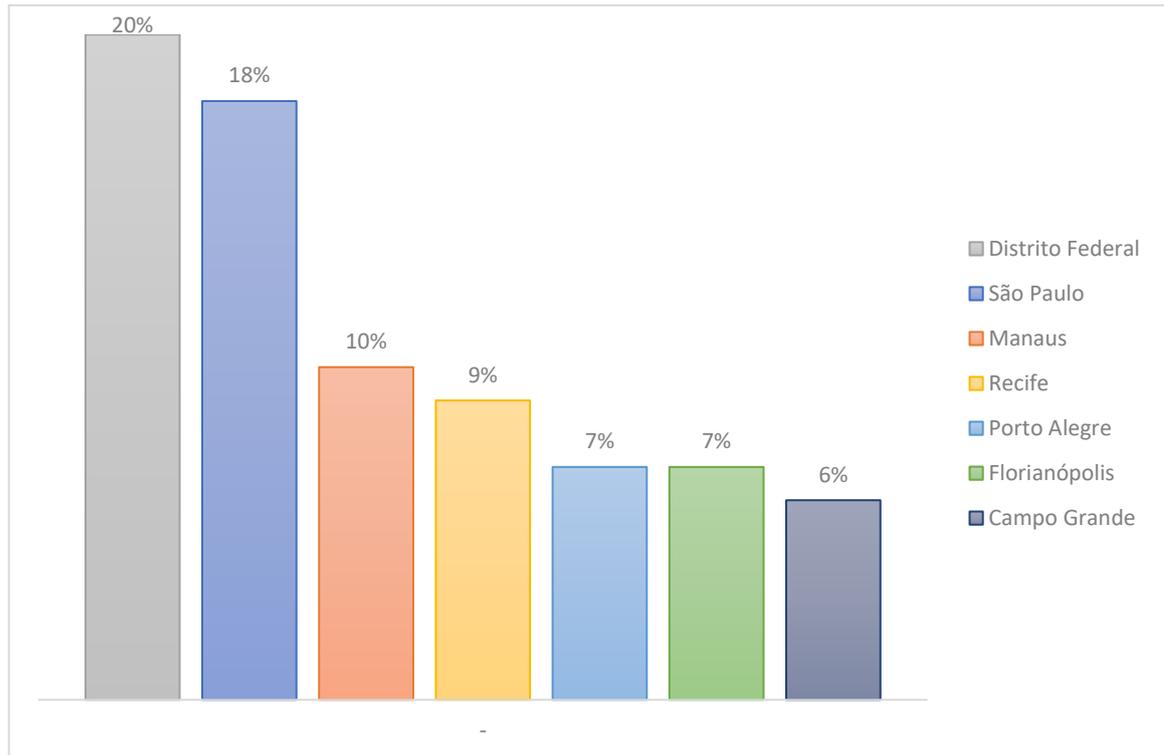


Figura 3 – Percentual dos estudantes do sexo masculino que não gostariam de ter colegas de classe homossexuais.

Fonte: HENRIQUES (2007, p. 28)

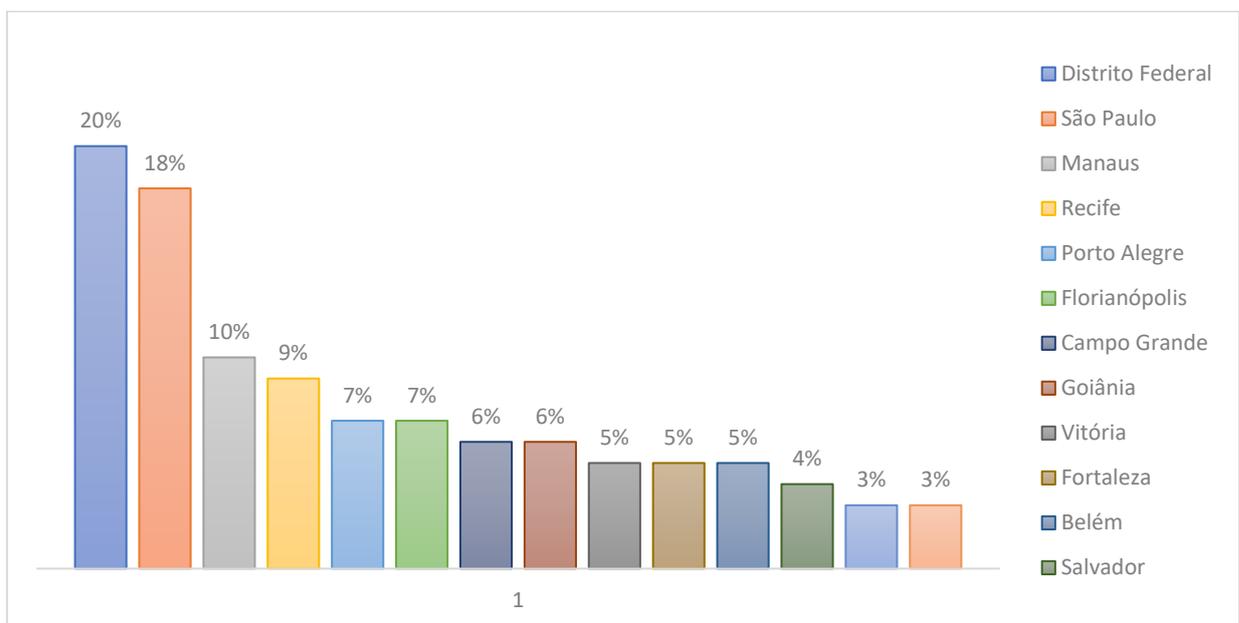


Figura 4⁸ - Alunos, por capitais das Unidades da Federação, segundo relatos de violência sexual e/ou estupros no ambiente da escola, 2000 (%)

Fonte: ABRAMOVAY e RUA (2002, Pg. 250)

⁸ “solicitou-se aos informantes: “Marque com um X se você sabe que já aconteceu nesta escola: estupro ou violência sexual dentro ou perto da escola. Os percentuais referem-se apenas as respostas afirmativas. (ABROVAY, Miriam, RUA, Maria das Graças, 2002, pg. 250).”

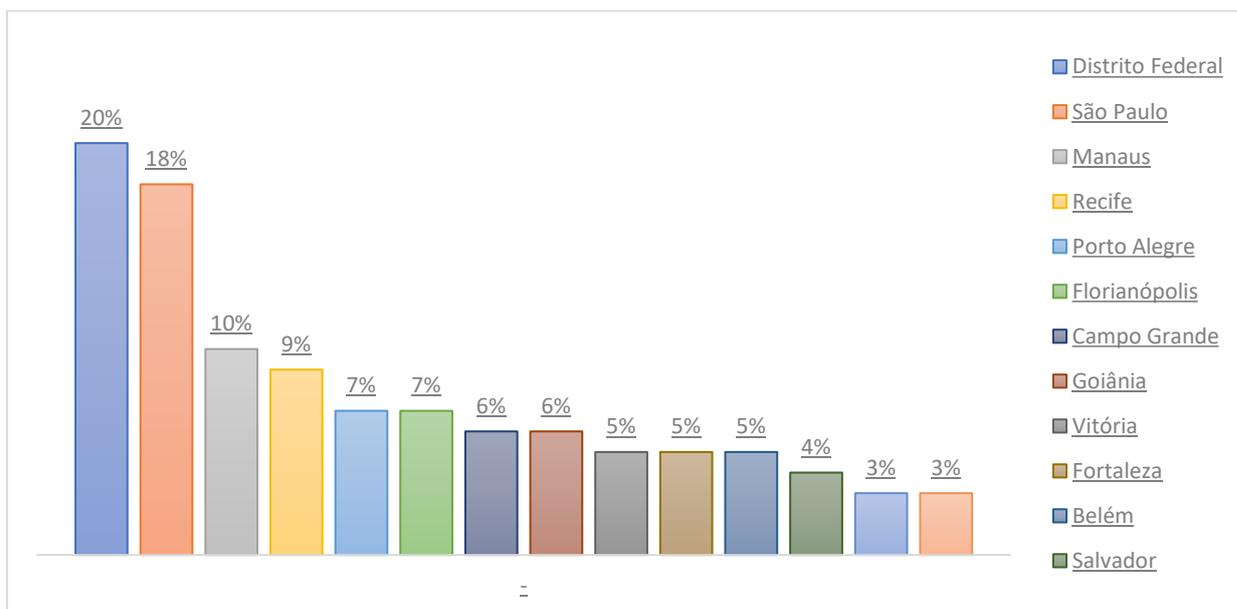


Figura 5⁹ - Membros do Corpo Técnico-pedagógico, por capitais das Unidades da Federação, segundo relatos de violência sexual e/ou estupro no ambiente da escola, 2000 (%)

Fonte: ABRAMOVAY e RUA (2002, Pg. 250)

Alguns casos também foram relatados pela mídia, neste artigo apresentamos 4 dados coletados que exemplificam as afirmações por sites de jornalismo e entretenimento, sendo eles, o Pragmatismo Político, UOL Educação, G1 e Catraca Livre.

CASO 1 – VEICULADO NO SITE PRAGMATISMO POLÍTICO, 01 DE MARÇO DE 2016

O jovem estudante Lucas Salattore de 18 anos, que reside na cidade de São José dos Campos, foi espancado por cinco jovens na porta de sua escola, ele expôs o caso, como forma de denúncia em sua rede social, no texto, Lucas conta que já tinha avisado à diretoria da escola que vinha sofrendo agressões verbais de um dos alunos. Ao ser informada do problema, a direção teria trocado Lucas de turma. Mesmo com a transferência de turma, porém, o bullying continuou. Lucas afirma que o antigo colega de classe e mais 4 colegas o atacaram saindo da escola, com o primeiro dizendo que ia matá-lo. De acordo com a Secretaria de Educação de São Paulo, a escola suspendeu os cinco alunos acusados de espancar Lucas. (Pragmatismo Político, 2016).

CASO 2 – VEICULADO NO SITE UOL EDUCAÇÃO, 20 DE MARÇO DE 2012

⁹ “solicitou-se aos informantes: "Marque com um X se você sabe que já aconteceu nesta escola: estupro ou violência sexual dentro ou perto da escola. Os percentuais referem-se apenas as respostas afirmativas. (ABROVAY, Miriam, RUA, Maria das Graças, 2002, pg.252).”

“Às vezes eu sinto que ninguém gosta de mim e que a única solução é me matar”. Essa frase é de um garoto de 15 anos que teria sido vítima de bullying homofóbicos na Escola Estadual Onofre Pires, na cidade de Santo Ângelo, Rio Grande. De acordo com o relato do jovem, um colega de sala o atingiu com socos e pontapés na saída do colégio (...) estudando há apenas um mês na escola, ele afirmou que desde o início das aulas vinha sofrendo ofensas verbais da maioria da turma. No dia em que apanhou do colega, o menino disse ter pedido para ficar até mais tarde na escola uma vez que o agressor já teria feito ameaças durante o período de aula. No entanto, ainda segundo ele, seu pedido não foi atendido. Na saída da aula, ele foi agredido. (MARTINS, 2012).

CASO 3 – VEICULADO COM O SITE G1, 20 DE JULHO DE 2017

“Eu estava com meu namorado, aí ele me chamou pra ir na quadra, aí eu topei, pensei que fosse só com ele. Aí, sei lá, eu acho que ele bolou um plano e tinha um monte de menino. Eu falei: ‘Pra quê um monte de menino?’. Aí, ele não quis responder. Aí os meninos me ameaçaram, falaram que eu tinha que fazer com eles”. O relato é de uma menina de 13 anos. A polícia investiga a denúncia de abuso sexual dentro de uma escola pública no Estado do Rio: ela teria sido estuprada repetidas vezes por 14 alunos. (g1, 2017).

CASO 4 – VEICULADO COM O SITE CATRACA LIVRE, 12 DE ABRIL DE 2016

Em carta aberta divulgada na semana passada, alunas afirmam viver situações de assédio "dentro do ambiente escolar". No texto, elas alegam ter sofrido assédio de alunos e também de professores (...) na carta também havia o relato de alunas que já não aguentavam mais a convivência com um aluno que as assediava e agredia desde o 7º ano, aluno esse maior de idade. A carta diz que o aluno tinha como prática “trancá-las em sala e encoxá-las nos intervalos. enviar mensagens de cunho sexual e ser agressivo fisicamente com uma aluna específica. As estudantes afirmam que a solução encontrada pela instituição foi transferir o aluno para outro campus, mudando apenas o local do problema (Catraca Livre, 2016).

Após o levantamento dos dados foram encontrados e comprovados que no ambiente escolar há ocorrências não só por parte dos/as alunos/as, mas também pelos/as professores/as, de violência/assédio sexual (Figura 4, 5 - caso 4 e 2), homofobia (Figuras 2 e 3 - caso 2 e 1) e também o fato de que professores/as não sabem como abordar conteúdos relativos à homossexualidade em sala de aula (Figura 1).

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

Toda via, vale ressaltar que violência/assédio sexual no debate feminista e de direitos humanos, de acordo com Abramovay, Castro e Silva (2004, pg. 259-258) tais práticas são impostas por meio

de jogo emocional, violência física, ameaças ou indução de sua vontade, podendo variar na prática sem ou com contato sexual (...) olhares, gestos, piadas, comentários obscenos, exposições – de abusos como propostas, insinuações e contatos físicos aparentemente não intencionais.

Em vista disso, já houveram discussões o âmbito do governo federal, para produção de ações e materiais didáticos que promovessem a igualdade, tendo foco nas questões de gênero e diversidade sexual. No entanto, essa iniciativa do governo federal, de tratar esses conteúdos no ambiente escolar, acabou sendo alvo de grandes polêmicas, trazendo preposições de que esses novos matérias estariam fundamentados em uma ideologia de gênero, na qual supostamente incentivaria os/as alunos/as a serem a favor de uma determinada orientação sexual - como a homossexualidade. Em virtude destas reações adversas, a entrega dos materiais didáticos produzidos em torno da temática da diversidade sexual, foram suspensas em 2011 pelo MEC¹⁰.

Nos anos seguintes, uma das metas propostas para o PNE, que tem como função,

Determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. (Ministério da Educação, s/d)

Desta forma, uma das metas propostas para garantir a equidade e a qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil, dessa maneira, o objetivo da meta proposta era de promover a igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual entre suas diretrizes (INSTITUTO UNIBANCO 2016). Mas, durante a tramitação do projeto, as metas do PNE foram alteradas, e a versão final, preconiza a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação de maneira genérica (INSTITUTO UNIBANCO, 2016), sendo assim, foi eliminada a meta voltada à promoção de igualdade de gênero e orientação sexual nas escolas.

Dessa maneira, a partir das DCNs' as quais são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino,

¹⁰ Ministério da Educação

é encontrado um tema direcionado para a “Educação em Direitos Humanos”, que tem como principal objetivo, promover uma educação universalizada, que valorize e desenvolva condições para a garantia da dignidade humana, a partir dos seguintes princípios: Dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade e por último fundamenta-se na sustentabilidade socioambiental.

A partir da nossa temática - gênero, destacamos dois princípios:

- Igualdade de direitos: O respeito à dignidade humana, devendo existir em qualquer tempo e lugar, diz respeito à necessária condição de igualdade na orientação das relações entre os seres humanos. O princípio da igualdade de direitos está ligado, portanto, à ampliação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais a todos os cidadãos e cidadãs, com vistas a sua universalidade, sem distinção de cor, credo, nacionalidade, orientação sexual, biopsicossocial e local de moradia.
- Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades: Esse princípio se refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do indivíduo deve ser complementado, então, com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2013, p. 502).

No entanto mesmo que exista esta categoria de Educação em direitos humanos nas Diretrizes, com tais fundamentos, é importante resaltar que na prática é necessário que enfrentemos alguns desafios para ser colocado em prática todos estes fundamentos nas escolas, é necessário que exista uma formação por parte dos/a profissionais da educação - de diversas áreas, pautadas nas questões pertinentes aos direitos humanos, mas não só isso, é necessário também que haja respeito e valorização desses/as profissionais, garantindo condições dignas de trabalho (DIRETRIZES 2010) e principalmente é indispensável que haja o reconhecimento do quanto grande é importante a Educação em Direitos Humanos nas escolas,

posto que direitos humanos e educação em direitos humanos são indissociáveis, o oitavo desafio se refere à efetivação dos marcos teórico-práticos do diálogo intercultural ao nível local e global, de modo a garantir o reconhecimento e valorização das diversidades socioculturais, o combate às múltiplas opressões, o exercício da tolerância e da solidariedade, tendo em vista a construção de uma cultura em direitos humanos capaz de constituir cidadãos/ãs comprometidos/as com a democracia, a justiça e a paz. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2013, pg.510)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola ainda é vista como uma instituição universal e única, que compreende uma homogeneização dos/as alunos/as e conseqüentemente dos conteúdos, sem dar importância a diversidade dos/as alunos/as, mas assim como confirma Dayrell:

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

os alunos chegam à escola marcados pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola. O tratamento uniforme dado pela escola só vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos. (DAYRELL, 1990, p. 5)

A juventude também é uma categoria socialmente produzida, dessa maneira, o que existe são diferentes modos de ser jovens, por tanto, é de extrema importância que a gente considere cada representação do que é ser jovem, e principalmente de que forma isto é representado para cada um, pois, cada um desses jovens ganham contornos singulares em contextos históricos sociais e culturais distintos (DAYRELL, 2005), assim como afirma Dayrell 2005, esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona, fazendo com que os jovens construam determinados modos de ser jovem, portanto,

A juventude se constitui como um momento delicado de escolhas, de definições, no qual o jovem tende a se defrontar com perguntas como: “Para onde vou?”, “Qual rumo devo dar à minha vida?”, questões estas cruciais para o jovem e diante das quais a escola teria de contribuir de alguma forma, no mínimo na sua problematização. (LEÃO et al, 2011, pg.58).

A relação que os jovens têm com a escola é baseada em diversos significados tanto positivos quanto negativos. Ela é um espaço de enorme relação de sociabilidade entre os jovens, os valores e comportamentos apreendidos no âmbito da família, por exemplo, são confrontados com outros valores e modos de vida (DAYRELL 2007). Dessa maneira é necessário que também haja uma sociabilidade entre dos/as alunos/as e os/as professores/as, onde possa haver um diálogo entre o professor/a e aluno/a, mas não apenas para a transmissão de conteúdo, mas para que também possa criar uma relação na qual tenha uma confiança mútua, e o resultado seria de um impacto positivo na relação dos jovens com a escola (LEÃO, DAYRELL e REIS 2011), já que a mesma possui dificuldades para a compreender estas diversidades existente entre os jovens, seja ela étnica, de gênero, classe, orientação sexual entre outras expressões (DAYRELL 2007).

Sendo assim, é fundamental olhar para esses jovens como sujeitos socioculturais e compreendê-los na sua diferença, já que os mesmos chegam na escola com um acúmulo de experiências vivenciadas em diversas instituições sociais, que possuindo uma historicidade, com visões de mundo, mesclas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos com lógicas de comportamento e hábitos que lhe são próprios (DAYRELL, 1990) à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia (DAYRELL, 2007), e entre outros aspectos, são dimensões que vão

interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um (Dayrell 1990), dessa forma assim como afirma Dayrell,

Acreditamos que a escola pode e deve ser um espaço de formação ampla do aluno, que aprofunde o seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos. O acesso ao conhecimento, às relações sociais, às experiências culturais diversas pode contribuir assim como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sociocultural, e no aprimoramento de sua vida social. (DAYRELL, 1990, pg. 26)

Portanto, proporcionar a discussão de gênero na educação básica é demonstrar para esse/as alunos/as que sexo é muito mais que o que eles estudam em biologia, falar de gênero é garantir a empatia e respeito pelo próximo independente da sua identidade gênero ou orientação sexual, é promover a igualdade entre homens e mulheres, e dessa maneira desfazer toda aquela construção de estigma e formas de subordinações construídos pela sociedade. E dessa forma tentar alcançar uma sociedade livre do ódio, violência ou perseguição, pois assim como afirma Dayrell (2005), não se pode esquecer de que a educação diz respeito aos processos de construção do ser humano como tal, nos quais educar é humanizar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam ; CASTRO, Mary Garcia ; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Catraca Livre, **Alunas de colégio do Rio de Janeiro denuncia abuso sexual de alunos e professores**, 2016. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/alunas-de-colegio-no-rio-de-janeiro-denunciam-abuso-sexual-de-alunos-e-professores/>> Acesso em: 30 dez 2017.

DAYRELL, Juarez T. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1990.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100. p. 1105-1028, 2007.

DAYRELL, Juarez. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Revista de Estudos Sobre Juventude. Rio de Janeiro, 2005.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. CNE. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretoria

de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilema da justiça na era pós-socialista**. In: SOUZA, Jessé. (org.). Democracia hoje - Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001. (p. 245-282)

G1. **Polícia Investiga denúncia de estupro coletivo sofrido por aluna em escola**, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/07/policia-investiga-denuncia-de-estupro-coletivo-sofrido-por-aluna-em-escola.html>> Acesso em: 30 dez 2017

HENRIQUES, Ricardo, et al. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. 4.ed. Brasília: Secad/MEC, Maio 2007. 87 p.

INSTITUTO UNIBANCO, **Silêncio da escola em relação a diversidade sexual prejudica todos**, 2016. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>> Acesso em: 10 jan 2018

KYMLICKA, Will. **Feminismo**. In: _____. **Filosofia Política Contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 303-316

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio and REIS, Juliana Batista dos. **Jovens olhares sobre a escola do ensino médio**. Cad. CEDES [online]. 2011, vol.31, n.84, pp.253-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622011000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 31 dez 2017

LOURO, Guacira L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Inserir nome do autor para que possa ser identificado no seu texto

MARTINS, Felipe, **Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay - professores teriam ignorado o bullying**. UOL Educação, 2012. disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/20/aluno-do-rs-e-agredido-na-saida-da-escola-por-ser-gay-professores-teriam-ignorado-bullying.htm>> Acesso em: 30 dez. 2017

Ministério dos Direitos Humanos; **Relatório de Violência no Brasil: ano 2012**, 2012. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 30 dez 2017

NUNES, Fernanda, **Uma Mulher é violentada a cada 11 minutos no Brasil**. Estadão, 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,uma-mulher-e-violentada-a-cada-11-minutos-no-pais,10000053690>> Acesso em 30 dez 2017

PNE em Movimento, **O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em movimento**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 25 abril 2018

Pragmatismo Político, **O relato chocante de um estudante vítima de violência homofóbica**, 2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/o-relato-chocante-de-um-estudante-vitima-de-violencia-homofobica.html>> Acesso em: 30 dez. 2017